



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009167-41.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Posse**
 Embargante: **Janaina Pereira da Silva Zanatta**
 Embargado: **Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Dentistas e Demais Profissionais da Saúde**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JANAINA PEREIRA DA SILVA ZANATTA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos de Terceiro em face de Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Dentistas e Demais Profissionais da Saúde também qualificada, alegando ser proprietária do veículo *VW Gol ano 2000* que figura como garantia do contrato de mútuo executado pela ora embargada, referente a crédito concedido em favor da empresa *Centro Odontológico LINE Ltda*, com garantida de alienação fiduciária do veículo próprio *VW Gol ano 2000*, destacando que o sócio da empresa executada, o Sr. *Luiz Fernando Citelli*, não obstante seja seu padasto, nunca manteve referido negócio com a exequente e ora embargada e em relação à garantia de alienação fiduciária afirma ser de seu desconhecimento, tanto que não assinou nem anuiu no contrato de mútuo, razão pela qual reclama sua manutenção na posse do bem.

A embargada contestou o pedido sustentando que a embargante esteve presente no momento em que seu padasto firmou o contrato e que voluntariamente ofertou o veículo em alienação fiduciária, sendo que, "*depositando a merecida confiança aos seus cooperados*" (sic.) não tomou a assinatura da embargante no contrato, não obstante afirme tenha ela sido "*diretamente beneficiada com o montante emprestado*" (sic.), concluindo pela improcedência dos embargos.

O feito foi instruído com prova documento, com o depoimento pessoal das partes e com a oitiva de uma testemunha da embargada, seguindo-se alegações finais, por memoriais, nos quais as partes reafirmaram suas postulações.

É o relatório.

Decido.

A embargante, ouvida em depoimento pessoal, disse-nos viver na mesma casa que o padasto e representante da devedora, o Sr. *Luiz Fernando*, que administra um negócio de prestação de serviços para consultórios de dentistas, destacando que "*esse negócio está falido, com atividades encerradas*" (sic.), destacando que ao descobrir que o veículo constava como



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

garantia de contrato de empréstimo tomado junto à embargada, indagou-o e ele "*confessou ter feito o negócio sem avisar a depoente*", aduzindo que "*o caso gerou um 'pé-de-guerra' no ambiente familiar*" (fls. 176).

Disse mais, a embargante, que "*nunca esteve pessoalmente nessa cooperativa*" (loc. cit.), contrariando o que havia dito a embargada, sobre a embargante ter estado presente no momento em que seu padrasto firmou o contrato e voluntariamente ter ofertado o veículo em alienação fiduciária.

A testemunha da embargada, a Sra. *Thaís*, detalhou a contratação da operação, mas não soube dizer se a embargante esteve presente no momento da contratação (*vide fls. 188*), como também não o soube dizer o representante legal da embargada (*vide fls. 177*).

Vê-se, de outra parte, que o contrato não contém a assinatura da ora embargante (*veja-se às fls. 39 e fls. 44 dos autos da execução*), o que foi justificado pela credora, ora embargada, em razão de a embargante tenha sido "*diretamente beneficiada com o montante emprestado*" (sic.), o que, com o devido respeito, não é verdadeiro.

Cumpre considerar, porém, que a embargante disse-nos, em depoimento pessoal, que trabalha numa confecção de roupas que ela mesmo montou e administra (*fls. 176*), não havendo, da parte da embargada, qualquer prova a indicar tenha a embargante se beneficiado com o empréstimo.

Para rematar, o depoimento da testemunha *Thaís*, onde consta que a garantia do empréstimo dada pelo Sr. *Luiz Fernando* foi admitida sem a exibição do documento de propriedade do veículo, o que foi admitido à vista de que o devedor "*alegava que o vendedor só lhe daria o recibo de venda (do veículo) depois de receber o dinheiro e foi esse o argumento que levou a diretoria a liberar a autorização do crédito*" (fls. 188), deixando evidente que, com base na confiança depositada no cooperado, acabou a credora sendo induzida pela fraude.

Esses fatos, porém, não podem justificar a imposição à ora embargante do ônus de arcar com as consequências do negócio firmado sem as devidas cautelas.

O que se conclui, à vista de toda a prova destes autos, é que a embargante nunca deu seu veículo em garantia do empréstimo ora executado, cumprindo à própria credora arcar com os resultados negativos da contratação fraudada pelo devedor.

Os embargos são procedentes, cumprindo seja assegurado à embargante a posse plena do veículo *VW Gol ano 2000*, *Renavam 740070118*, *chassi 9BWCA15XOYT199184*, desconstituindo-se o arresto que sobre ele incide.

A embargada sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Na medida em que acolhidos no mérito os embargos, reconsidero a decisão que condicionou a suspensão dos atos de execução sobre o veículo à oferta de caução, para dispensá-la.

Isto posto, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos e em consequência MANTENHO a embargante JANAINA PEREIRA DA SILVA ZANATTA na POSSE do veículo *VW Gol ano 2000*, *Renavam 740070118*, *chassi 9BWCA15XOYT199184*, desconstituindo-se o arresto que sobre ele incide, oriundo dos autos da ação cautelar de arresto que tramita em apenso sob nº 566.01.2010.019342-6, incidental à execução que é movida pela embargada Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Dentistas e Demais Profissionais da Saúde nos autos em apenso de nº 0002549-85.2010.8.26.0566, e CONDENO a embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Dispensar a embargante da prestação de caução, mantida a suspensão dos atos de execução em relação ao veículo discutido nestes embargos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitada em julgado, lavre-se termo de desconstituição do arresto nos autos nº 566.01.2010.019342-6, em apenso.

P. R. I.

São Carlos, 18 de outubro de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**